

mercadorias ou serviços, por ela fornecidos, comprovar ao Fisco a efetivação do pagamento do respectivo preço e o recebimento dos bens, serviços ou direitos.

Por outro lado, como resultado dos convênios firmados com os Estados, Distrito Federal e Municípios, a Receita Federal, sem nenhum alarde, passou a dispor do poder de coletar, armazenar e disponibilizar informações cadastrais de natureza fiscal, sobre os contribuintes, para as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação, bem como para o INSS. É muito importante salientar que, em consonância com o espírito da formação de um cadastro geral para fins fiscais, a partir de julho de 1998 o então CGC recebeu a nova denominação para *Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ*.

Assim, foi aberta a porta de acesso a uma série de informações relevantes a respeito dos contribuintes, extraídas dos dados constantes nos cadastros existentes nesses órgãos, no que diz respeito aos registros e arrecadações de suas competências, permitindo, dessa forma, o cruzamento de dados.

Exemplos concretos são os recentes convênios assinados pela Receita Federal com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, de São Paulo, e com a Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, tendo, no primeiro caso, por objetivo criar uma inscrição fiscal única para as empresas (pessoas jurídicas), e, no segundo convênio, a troca de informações a respeito das empresas instaladas no aludido Município. Também vale destacar interessante efeito gerado pelo Protocolo assinado entre representantes dos fiscos estaduais e os do Distrito Federal, gerando a obrigatoriedade do fornecimento de informações, por parte das administradoras de cartões de crédito ou de débito, sobre as operações realizadas com estabelecimentos contribuintes de ICMS.

Somando-se todas essas informações com as existentes no sistema bancário e financeiro, mercado de capitais e de valores, em função da enorme movimentação financeira, o volume de dados disponível para a administração tributária foi sendo formado como bola de neve, tornan-



Foto: Michele Mifano

do-se por demais significativo, fazendo com que se transforme em mera figura de retórica a questão do sigilo bancário ou de dados.

Cabe lembrar que além desses mecanismos de informação acima exemplificados, e as consequências embutidas quando houve a opção pelo Programa REFIS, também é facultada ao Fisco a instituição de medidas como o chamado “arrolamento de bens e direitos” do contribuinte (pessoa física ou jurídica), caso existam créditos tributários, antes mesmo da inscrição em dívida ativa, que superem em 30% o valor do patrimônio conhecido do referido contribuinte, ou ainda, se houver a opção pelo REFIS, quando o débito tributário for superior a R\$ 500 mil. Esse “arrolamento” fatalmente implica no bloqueio dos bens da pessoa sujeita à medida, a qual fica obrigada, a partir do recebimento da notificação sobre o ato, a comunicar ao órgão fazendário qualquer ato que se relacione à venda, transferência ou alienação de seus bens a terceiros.

Não param aí as novidades: o longo braço do Fisco está ficando cada vez mais extenso e cruel, pois atualmente já se encontra em pleno funcionamento o denominado “BACEN JUD”, sistema eletrônico criado e administrado pelo Banco Central do Brasil que, além de permitir ao Judiciário a solicitação de informações via *Internet* para ter acesso aos dados dos clientes das instituições financeiras, em face de convênio assinado com o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho de Justiça

Federal, também faculta a tramitação célere de pedidos de quebra de sigilo bancário de correntistas, com atendimento imediato de ordens judiciais de bloqueio e desbloqueio de contas correntes e de valores depositados nas instituições financeiras.

Considerando que para saciar a voracidade do Leão, interessa cada vez mais a agilidade na obtenção de resultados efetivos em seus executivos fiscais, deve-se imaginar também a extensão das consequências que virão, utilizando-se mais esse instrumental, recentemente disponibilizado.

Por último, é importante lembrar que em meados de maio deste ano expirou o prazo para a entrega, ao Banco Central do Brasil, da declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas (físicas ou jurídicas) residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil. Tal declaração é obrigatória e a não apresentação, ou prestação de informações incorretas ou falsas, sujeita à pessoa ou empresa a pesadas multas. E mais, também apoiados em convênios internacionais, até em razão da necessidade de coibir a “lavagem de dinheiro”, hoje os Bancos Centrais dos diversos países se comunicam... É fácil imaginar o resultado.

Ainda, tendo em vista que as informações solicitadas para essa nova declaração são mais completas e atualizadas, se comparadas com as normalmente informadas para a Receita na declaração anual de rendimentos, especialmente no caso das pessoas físicas, é natural a grande dúvida que passou a freqüentar a mente dos contribuintes: haverá o cruzamento das informações, mais uma vez?

Para concluir, com todos esses sistemas de dados e de controles desenvolvidos exclusivamente para a administração tributária nacional, devemos fazer uma comparação, ainda que poética, com a sociedade prevista pelo escritor George Orwell em seu livro de ficção científica, “1984”, onde os seres humanos sobreviviam debaixo de permanente vigilância e eternamente submetidos ao controle de uma entidade denominada “Grande Irmão”.

*Dra. Gloria Maria C.M.S. Porchat,
é advogada com especialidade em
direito empresarial e bancário*